

Precisará Portugal de uma Política Externa para a Ásia?

José Manuel Duarte de Jesus

Embaixador Jubilado 2012/2013, doutorado em História das Relações Internacionais.

Resumo

Este artigo aborda alguns conceitos e ideias básicas sobre a política externa e a diplomacia nacional, argumentando que Portugal precisa de uma estratégia para a Ásia, devidamente articulada com as suas outras valências, mas tão clara e decisiva quanto a fragilidade que a nossa dimensão exige.

Abstract

Does Portugal Need a Foreign Policy towards Asia?

This article analyses some concepts and ideas concerning Portugal's foreign policy and diplomacy, arguing that the country needs an Asian strategy, correctly formulated and articulated with the other national capabilities, but also so clear and decisive as the fragility of the country's dimension requires.

“...ubiquitous and clamorous media are transforming foreign policy into a subdivision of public entertainment.” (Kissinger, 1995: 27)

Comecemos por abordar alguns conceitos e ideias básicas sobre uma área do domínio das Relações Internacionais: a política externa e a diplomacia. A diplomacia é um conjunto de instrumentos que são postos à nossa disposição para, por meios pacíficos, obter os principais objetivos de política externa.

Entre estes instrumentos, os principais são certamente: o diálogo e a negociação. Para levar a cabo uma diplomacia consistente e útil, será necessário existir, a montante desta, uma bem-definida política externa.

Não é possível, porém, definir uma política externa sem definir previamente os nossos interesses fundamentais, a médio e a longo prazo. O interesse nacional pode frequentemente ser compatível com interesses de outros e não se podem conceber interesses nacionais – ou interesses de um grupo de Estados – sem a definição de objetivos claros e realistas.

Por outras palavras, não haverá política externa fora de um contexto geo-estratégico a longo prazo.

Cada caso é um caso e cada Nação deve estar consciente da sua circunstância histórica e geográfica – ingredientes importantes na elaboração de uma estratégia nacional realista.

Este é, no meu entender, o quadro para definir uma política externa e uma diplomacia consistente com ela.

O mundo em que vivemos já conheceu, através da sua história, várias ordens mundiais. Mas deixemos a discussão deste tema académico para nos concentrarmos na ordem mundial em que nos inserimos atualmente. O fim da Guerra-Fria e a implosão da União Soviética e do seu agregado expansionista introduziu uma nova “quase-ordem mundial” que se caracteriza pelo sua natureza de transição para uma outra que ainda mal conhecemos.

De certo modo, podemos sempre encarar cada ordem mundial como uma transição, mais ou menos prolongada, para uma nova ordem, um facto a ter presente é que os Estados Unidos tentaram *“for the third time in this century (20th) to proclaim its intention to build a new world order by applying its domestic values to the world at large”* (Kissinger, 1995: 805) o que configura uma nova forma escondida de neocolonialismo.

Este facto, face ao poder económico e político crescente da Ásia, faz com que muitos pensem que estamos a assistir ao fim da civilização Ocidental.

A quem faz tal afirmação, poderíamos perguntar a que Civilização Ocidental está a pensar: à anterior à revolução francesa? À que se lhe seguiu em grande parte das Nações ocidentais? À do “*American Way of Life*”? À Europa fascista dos anos 30 e 40? Aos impérios coloniais? Etc., etc.

Por fim, afigura-se-me oportuno fazer a seguinte observação: Alguns dos políticos ficam como que presos ao Passado – chamam-lhe: saudosistas; outros focalizam-se de tal modo em “hoje” que parece viver fora do tempo; àqueles que afirmam que só “apostam no futuro” lastimo a ignorância. Parece-me fundamental nunca perder de vista que o passado já foi futuro e presente e que o futuro em breve será presente e passado.

Ser politicamente realista é não perder estas coordenadas de vista.

Quadro Histórico

“Durante 400 anos a política externa inglesa adotou fazer oposição ao mais forte, agressivo e dominante poder no Continente...”, escreveu Churchill em 1948 em “*The Gathering Storm*”.

Portugal, desde Aljubarrota, teve uma política externa semelhante, mas face ao facto de sermos mais pequenos e fracos, escolhemos os aliados certos: a Inglaterra e o mar como ambiente geoestratégico.

A circunstância geográfica de pequeno país com um só vizinho grande e poderoso constituiu fator determinante na formulação de uma estratégia.

Durante séculos, estes foram os pressupostos para a vitalidade da nossa política externa. A África, a Ásia e a América do Sul foram os nossos vizinhos e parceiros embora distantes e, através desta estratégia, conseguimos evitar que os nossos vizinhos mais próximos se unissem contra nós.

Este enquadramento foi acentuando cada vez mais o nosso caráter atlântico. Os ingredientes geopolíticos da península ibérica condicionaram muitas das nossas decisões políticas e económicas em política externa.

Assim, desde o século XVI a maioria dos interesses nacionais estiveram situados fora do nosso território europeu; primeiro em África, depois na Ásia e finalmente no Brasil.

Foi no âmbito deste paradigma de política externa que nos tornámos no primeiro ator internacional na construção de uma ordem mundial global.

Assim, se explica, que antes que a língua francesa se tornasse numa língua universal, depois substituída pela inglesa, a língua portuguesa era a língua franca, desde Ormuz, aos principais portos da Ásia e do Extremo Oriente. Não esqueçamos alguns exemplos importantes, como os que nos refere David Lopes (1936) como o facto do primeiro dicionário Português-Japonês, de 1595 ou o de Tamul-Português, de 1750.

A geografia, único fator incontornável em política externa, como dizia Bismark, permanece. Esses elementos aliados a uma nova ideia de Europa que surgiu no fim

da Segunda Guerra Mundial, não modificaram a geografia física, mas acrescentaram novas valências à geografia política e económica.

Não obstante esta nova valência europeia e particularmente na vigência que esta atravessa, o paradigma anterior não perdeu a sua importância, ganhou, porém, uma nova dimensão. Esta nova dimensão vem situar-se totalmente fora dos ciclos imperiais que conhecemos no passado mais ou menos remoto.

Para referirmos a Ásia em especial, há que, na minha opinião, ter presente dois elementos fundamentais. Hoje, o mais importante não é o nosso património material que encontramos espalhado por toda a Ásia, mas sim o nosso património imaterial. E esse é imenso. Trata-se, finalmente, de formas de “*soft-power*”, que devem ser bem interiorizadas nos decisores de uma estratégia para a Ásia da nossa política externa. Por outras palavras: Portugal precisa de uma estratégia nacional para a Ásia, devidamente articulada com as suas outras valências e tão clara e decisiva quanto a fragilidade da nossa dimensão exige.

Citando Peter Milward (Instituto Cultural de Macau, Instituto Camões, Fundação Oriente, 1993), “*we can’t help following the tendency of our human reason and looking (in Hamlet’s words) ‘before and after’. That is to say, we can’t help looking from that particular moment in place and time at once forward into the future...*”

Frentes Multilaterais Regionais

Há um facto iniludível no paradigma internacional, em termos geopolíticos, geoestratégicos e geoeconómicos. Para além do eixo atlântico, Europa-Estados Unidos, o ressurgimento da Ásia vem criar uma entidade – discutível em termos teóricos – a que convencionámos chamar “Ásia-Pacífico”.

Não ponho em causa algumas vantagens, no domínio do conhecimento estatístico e de negócios, de algumas parcerias universitárias que as diversas instâncias mais ou menos ligadas à APEC vão produzindo, mas sou do parecer que a vastidão da área, a diversidade político-cultural e o número de países que integram aquela “suposta” entidade faz com ela não deva constituir, pelo menos no imediato, um ator internacional que mereça uma específica política externa portuguesa.

Não esqueçamos que o próprio nome do Fórum APEC (Associação das Economias da Ásia-Pacífico) é claro, pois estamos perante o Sudeste Asiático, a Ásia Oriental incluindo a Índia, a Rússia, a Ásia do Sul, as América do Norte e América do Sul, a Australásia e a Oceania.

Os académicos têm discutido largamente o que pode realmente constituir um elo de ligação que permita dar um sentido ao grupo Ásia Pacífico. Jenk (1993) no seu livro “*Culture*” procurou analisar os diversos conceitos de “cultura” que têm sido evocados na Europa ao longo dos anos. Podíamos nesse conceito sociológico, hoje já muito despido de preconceitos políticos e axiológicos procurar encontrar uma comunidade cultural. Mas basta lembrar que a China conta com cerca de 97% de

ateus – além de que nunca produziu uma religião revelada na sua história milenária – o Japão com quase 90% de Shintuistas/Budistas, a Indonésia com quase 90% de Islamistas, a Tailândia com quase 100% de Budistas, as Filipinas com uma maioria esmagadora de Católicos, para concluirmos que não é através deste aspeto cultural que definimos algum conceito identitário.

Comparando os regimes políticos e as afinidades étnicas tão pouco conseguimos.

Assim como o Oriente é fundamentalmente uma invenção da Europa – e depois do mundo ocidental – a Ásia-Pacífico ainda o é mais.

Por isso prefiro, para o âmbito do tema que escolhi, referir fundamentalmente a Ásia, que de resto integra a primeira, e a sua articulação com os BRIC e Países de Língua Portuguesa (PLP), pois estas entidades são muito mais reais, em termos da cena internacional em que vivemos.

Não devemos, porém, esquecer a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) fundada em 1967 – nessa ocasião com uma configuração totalmente diversa e integrada numa geoestratégia de guerra-fria – e que vem, nos últimos anos, copiando em grande parte, as estruturas da União Europeia. Hoje esta Organização vem-se afirmando como um ator regional de dimensão internacional e adquirindo um papel importante com seus três pilares: política e segurança; comunidade económica e comunidade sócio-cultural. Aos Estados-membros: o Brunei, Camboja, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietname, juntam-se outros com associações especiais.

A associação com a República Popular da China (RPC), cujo diálogo se iniciou em 1991 vem aumentar a sua importância com o partenariado estratégico, político e de segurança, desde 2003. Assim, hoje, tanto no quadro da ARF como da chamada ASEAN+3, a RPC tornou-se um ator decisivo na ASEAN e um elemento de estabilidade geoestratégica na região.

Embora se trate de uma nova *interface* no mundo das relações internacionais, parece que só o facto de a nossa pertença à União Europeia, nos deu o ânimo para olhar a ASEAN como parceiro real da nossa política externa.

Assim, em 2009, fomos o décimo país da União a acreditar um Embaixador junto do Secretário-Geral da ASEAN.

Preferia, pois, aludir à Ásia e aos BRIC neste novo paradigma, a mais curto prazo, sem que se deva excluir a África, num segundo momento. Não podemos esquecer que uma das características da globalização foi a transformação do “tempo” em termos mundiais. O chamado “*real-time*” ou simultaneidade substituiu radicalmente o “tempo” na política internacional da geração que nos precedeu, com consequências ainda hoje difíceis de “gerir”.

As grandes afirmações universalistas pecam quase sempre pela falta de sentido dos seus termos ou perguntas que suscitam; pelo pouco espírito científico com que foram formuladas.

O Âmbito Bilateral em Novo Paradigma

A circunstância geográfica foi decisiva. Lembro, a título de mero exemplo, entre tantos outros, o Sri Lanka. Cito o Professor Jorge Flores, a nossa principal autoridade na matéria, quando parafraseando Agustina Bessa Luís, dizia ser difícil iludir “o sentido da fuga que conhecemos há tantos anos, a ideia de que estamos à saída, mais do que à entrada”. Esta razão explica, em grande parte, o que nos uniu, Portugal e o Sri Lanka, e que nos fez encontrar em 1506.

Assim, as características do que hoje chamaríamos o Império Português na Ásia foi predominantemente constituído e sustentável, face ao pequeno poder geo-estratégico e demográfico de Portugal, por uma “rede” de “poder não militar mas económico e cultural”. O “*soft-power*” predominou. É esta herança a que chamei a rede asiática do património invisível lusitano e é nela que devemos construir a nossa política externa atual.

Mas se citei o Sri Lanka é porque, excluindo um grupo político-religioso determinado que não nos é favorável, uma das elites sociais do país que se afirma como “luso”-descendente (paralelamente à que se intitula “holando-descendente”) mantém viva uma imagem positiva de Portugal. Não esqueçamos que, como nos afirma João Malaca Casteleiro (citando David Lopes), entre 1646 e 1656 os Reis de Ceilão correspondiam-se em português com os holandeses.

Muito foi esquecido por outros, pela natural memória seletiva. Aludo a resultantes das ingerências, quase sempre mal sucedidas, que lá tivemos, embora numa larga área política, social e académica, exista uma apetência positiva para conosco que permite construirmos uma ativa diplomacia económica e cultural naquele país.

Muitos produtos portugueses são procurados por essa elite social que referi. Não foi em vão que o famoso “Príncipe Negro”, exilado do Ceilão em Portugal, foi uma figura popular na Lisboa do século XVI, onde morreu e deixou descendência, ou que a descendência do sultanato Tamil mantém lembranças lusitanas.

Os erros políticos são para assumir com tranquilidade. A história não se nega, mas permite fundamentar uma estratégia realista para o presente e para o futuro.

Sejamos, mais uma vez, honestos, realistas e embuídos de espírito racionalista (sempre bom conselheiro): nem todos os políticos hábeis são homens de cultura e nem todos os homens de cultura seriam hábeis políticos. Mas é nossa obrigação lutar para que essa combinação seja possível e prevaleça sobre outros condicionamentos circunstanciais.

Não podendo, neste curto artigo, fazer a enumeração e exemplificar os múltiplos países ou regiões que passam pelo Médio Oriente, pela Índia, por Malaca e toda a área próxima, pela Indonésia, Tailândia, Japão, etc., pensemos naquela grande potência asiática que é a China.

Em 1513 Portugal e a China encetaram um diálogo que em 2013 perfaz 500 anos.

Essa relação, que durante séculos sofreu várias vicissitudes veio a mostrar como pode ser negociado amigavelmente o fim de um capítulo, em 1999, quando cessou a administração portuguesa de Macau. Notável acontecimento político que constituiu no mundo um exemplo de civilidade, de uma estratégia ponderada a longo prazo por um pequeno país do Ocidente e uma grande potência política e económica da Ásia. Ambos soubemos, através de uma longa negociação evitar qualquer confronto e construir um futuro de convivência amigável.

Infelizmente, a memória coletiva esquece facilmente o que é positivo na nossa política externa (ou interna), e quando este facto deveria ser bem lembrado e constituir um marco importante e simbólico nas nossas relações com a Ásia, hoje são poucos os que ainda falam disto.

Se o português frequentemente esquece o passado, o chinês não. A política externa da China é construída e baseada numa estratégia de longo prazo com a vantagem de não ter uma tradição hegemónica. Para a China a história e o passado são referências permanentes da sua política externa. Resumidamente diria: procuremos equacionar esta nova arquitectura em que nos inserimos.

Terminado desastrosamente o ciclo do Império com o fim do “Estado Novo”, o país, saído do pós 25 de Abril, fez algumas novas opções em política externa sem que, no fundo, deixasse de permanecer fiel à “circunstância” geográfica e histórica que plasmou vários séculos da sua existência.

Em primeiro lugar, optámos por integrar a Europa e com ela partilharmos o futuro geopolítico a que conscientemente resolvemos pertencer, económica e politicamente. Em segundo lugar, sabemos continuar a assumir que, na Europa, “estamos à saída mais do que à entrada”. Com esse facto, devemos iniciar um novo ciclo de relacionamento com a África, com as Américas e com a Ásia, porque embora membro da União Europeia, não devemos esquecer que somos – não geograficamente – mas cultural e historicamente, também um país afro-asiático.

Essa família tem hoje uma expressão singular na CPLP e, dum modo particular, no chamado Fórum de Macau, onde este clube de língua e comunidade histórico-cultural encontra um instrumento de realização no âmbito económico, cultural e político. Como entidade pluricontinental, contribui à sua maneira para ajudar a melhorar o problema da governança do mundo global, limitando os seus males e tirando dividendos das suas vantagens.

São, pois, três os planos onde desenvolvemos hoje a nossa política externa com a Ásia. O plano bilateral, com cada um dos nossos velhos parceiros de séculos, o plano multilateral no âmbito da União Europeia e dos seus instrumentos próprios e na CPLP, o clube mais íntimo onde nos encontramos, falando a mesma língua e ultrapassando a nossa aparente marginalidade geográfica, numa comunidade tricontinental. Não é fácil, em termos de política externa, definir estratégias nesta complexa arquitectura transcontinental a que a história, de resto, nos habituou. Neste aspeto, pode

dizer-se que estaríamos bem preparados para enfrentar a nossa “circunstância”, no mundo global dos nossos dias.

Assumir a condição assimétrica das nossas relações face, por exemplo, à China, à Índia ou ao Brasil, impõe, no novo contexto, uma exigente ponderação e análise e consequentemente um exigente processo de decisão no quadro da nossa política externa. A Ásia é parte do nosso património cultural e político e como tal, deve definir-se nas vertentes económicas, políticas e culturais da nossa Estratégia Nacional.

Não devemos, porém, esquecer que não só aos Governos cabe essa vocação. Espera-se que a sociedade civil nas suas diversas formas, da empresarial à cultural se una num esforço multiplicador das potencialidades existentes.

Por isso, cabe grande responsabilidade aos decisores que devem saber manter bem vivas na Nação portuguesa e não só no Estado, o valor e a presença que Portugal desfruta nas populações, nas escolas e nas Universidades, do Japão, da China, da Indonésia, da Índia, do Sri Lanka, para não citar outros países da longínqua Ásia.

Esta memória existente no mais profundo de muitas destas populações transcende governos e ultrapassa vicissitudes políticas. Constitui um capital que permite, com realismo mas com ambição, ultrapassar os aparentes aspetos assimétricos da conjuntura internacional.

É, de resto, neste contexto que ganham um significado particular a Declaração Conjunta assinada com a República Popular da China e que permitiu a transição exemplar de Macau a que já aludi; que possibilitou que Macau nunca fosse um pomo de discórdia, mas um lugar de diálogo e amizade entre a China e Portugal. Mais do que isso, Pequim escolheu Macau para nesse território, ainda também de língua portuguesa, estabelecer o Fórum que ajuda a dinamizar a comunidade dos restantes países de língua portuguesa

Neste momento, é porém importante que Portugal saiba assumir descontraidamente e sem complexos o lugar que lhe cabe nesse Fórum, no contexto do novo paradigma da nossa política atual com a Ásia e os PLP.

Lisboa e Pequim iniciaram um diálogo político, anual, que tem vindo a constituir uma institucionalização de consultas entre parceiros políticos. As visitas de alto nível têm sido continuadas.

A culminar este diálogo político sino-português, em 2005, os dois países assinaram uma Declaração de Cooperação Estratégica Global, que coloca ambos numa perspectiva dum novo mundo e dum novo ciclo. Faltava completar a vertente económica, para a qual seria necessário um novo fôlego da diplomacia económica e uma nova postura do mundo dos negócios.

A recente importante presença chinesa na economia portuguesa, a última visita do nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros à China, a presença ativa da China em tantos países de língua portuguesa, designadamente em África, são

sinais altamente positivos de o retomar de uma política externa portuguesa na Ásia.

Mas como a China se torna a grande velocidade um dos maiores atores da cena internacional e como qualquer política externa é um “jogo a pelo menos dois parceiros” que se deve tornar num “*win/win game*”, tem todo o sentido perguntar pelos objetivos da própria política chinesa relativamente a Portugal.

Diria que se deverá aqui encarar dois aspetos das relações com a China: China-Portugal e China-Portugal enquanto Estado-membro da União Europeia.

Primeiro, na China, a tradição Confuciana, mesmo no tempo de Mao, era mais forte do que a ideologia Marxista. Alguns princípios Daoistas expressos no “*Dao De Qing*” continuam a garantir dois objetivos constantes da política externa chinesa: na não confrontação ganha quem evitar a guerra, mantendo um “*low profile*”.

Comparem-se as duas frases seguintes, uma de Lao Zi, outra de Deng Xiaoping, respetivamente. A primeira milenar, a segunda, as últimas instruções de Deng, que ficaram conhecidas pelos “24 caracteres”:

“Um grande Estado mantém-se baixo (como os rios e mares para o qual todos correm). Deve considerar-se como a fêmea sob o Céu. A fêmea sempre vence o macho. Por isso um grande Estado ao curvar-se face a pequenos Estados, faz com que estes tenham nele confiança” (*Dao De Qing*: parágrafo 60).

“Observai com cuidado; mantenham as nossas posições seguras; lidem calmamente com as situações; escondam as nossas capacidades e geri cuidadosamente o nosso tempo; sabeis manter um “*low profile*”; e nunca proclameis liderança.”

Por outro lado, já sublinhei a importância histórica que Portugal goza na China, por ter sido o primeiro país Ocidental (“dos para além do grande mar do ocidente”) com quem dialogou e com quem soube acabar em amizade o legado histórico de Macau.

Segundo, a China aposta na multipolaridade internacional, como forma de evitar confrontos. Para ela a importância da Europa, depois de desaparecida a União Soviética, constituía um terceiro pilar na arquitetura internacional. Não foi, por acaso, que há já largos anos, a China converteu grande parte das suas enormes reservas de divisas em euros.

A aposta da China em países como Portugal, no quadro das vulnerabilidades da União Europeia e particularmente da sua margem Sul, explica complementarmente a política económica da China em Portugal.

Esta a principal razão porque não vejo como ameaça a política externa chinesa na Europa ou em África.

No meu entender, a política chinesa nos países de língua portuguesa não nos afeta concorrencialmente, pois completa a nossa ação em campos diversos e não constitui, a meu ver uma forma de neo-colonialismo.

Mas é também, tendo estes factos multicontinentais em consideração, que devemos ter uma estratégia, uma política externa consistente com esta e uma diplomacia correspondente para a Ásia.

Embora o Japão continue a ser uma grande potência económica na Ásia e no mundo, nunca baterá a China como mercado, onde, de resto, cresce de modo muito visível uma grande classe média.

Quando, também em 2005, por ocasião da Exposição Universal de Aichi, o Presidente Jorge Sampaio visitou o Japão, nessa visita foram impulsionados vários setores que compõem o tecido do diálogo Luso-Nipónico. Em 2007, o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros assinou com o seu homólogo Japonês, Taro Aso, um Memorandum que estabelece consultas políticas anuais.

O diálogo cultural é profundo e dinâmico, a que está intimamente ligado o Instituto Camões, através dum Protocolo assinado em 2008, para o concurso anual de eloquência em língua portuguesa para estudantes universitários japoneses, com a Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto, nesse Japão onde as crianças, desde a instrução primária, conhecem a velha presença portuguesa naquela longínqua terra. Em 2010, tiveram lugar as celebrações dos 150 anos do Tratado de Paz, Amizade e Comércio assinado no século XIX entre os dois países.

Uma vez assinado com a Índia, em Dezembro de 1974, o Tratado relativo ao reconhecimento da soberania daquele país sobre Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar-Aveli, não podemos esquecer o impacto da primeira visita de Mário Soares à Índia, em Janeiro de 1975, depois de longo distanciamento político hostil, desde 1961.

Recentemente, em 2007, aquando da visita do Presidente Cavaco Silva, deu-se novo impulso às relações culturais e científicas, com a assinatura dum Programa de Cooperação Cultural e a realização de um Seminário Económico em Goa, essa Goa onde hoje existe um Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões, um Consulado Geral e uma importante “antena” da Fundação Oriente.

Várias são as povoações e cidades na Índia onde existe um património imaterial lusitano muito importante – como linguagens onde o vocabulário português ou de origem portuguesa é enorme – e a que os políticos e a diplomacia cultural e económica nem sempre têm dado o justo valor.

A Índia encontra-se hoje num triângulo importante de balanço de forças geoestratégicas e atualmente geoeconómicas: Japão, China e Índia. A modernização deste país, histórica e culturalmente totalmente diferente da China, tornou-o num dos BRIC e a caminho de se poder vir a tornar um ator internacional de grande dimensão.

A complexidade desta evolução será maculada com o fenómeno *Taliban* que cresce e ameaça as suas áreas fronteiriças.

Como poderia Portugal, pequeno país ocidental com fortes amarras naquele continente, não ter uma política externa atenta e consistente relativamente àquela região?

Quanto mais pequeno for o país, em termos geopolíticos, mais atenta e elaborada deve ser a sua política externa.

Referi apenas uns poucos elementos, que constituem algumas das bases do alicerce que sustenta este novo ciclo do nosso diálogo Luso-Asiático, que refez em moldes diferentes um ciclo que terminou em 1974.

Vejam-se os exemplos de outros países asiáticos que hoje se candidatam a ser “observadores” e, assim, darem a sua participação no quadro da CPLP.

Considero importante compatibilizar a nossa presença na CPLP com uma estratégia consistente de política externa asiática de que necessitamos cada vez mais.

Diplomacia ou Diplomacias?

Algumas mentes inventivas julgaram que tinham inventado, recentemente, no nosso país, a chamada diplomacia económica. Vivemos, na realidade, numa época em que frequentemente a noção de “valor” é substituída pela de “preço” e em que o chamado Mercado, frequentemente, sem governança, substitui o político neste mundo global.

No entanto, devemos não esquecer que ao longo da nossa história, fizemos diplomacia económica durante toda a primeira globalização portuguesa nessa longínqua Ásia sem o saber, pois e expressão não existia. Mas não pensemos que inventar uma palavra faz criar o que ela designa.

Uma das razões porque as nossas relações com a China, através de Macau sempre foram globalmente positivas, é porque a principal arma diplomática foi a económica e não a da ingerência militar ou política. A única vez que a tentámos, no fim da Dinastia Ming e princípio da Dinastia Qing, em que tivemos veleidades de apoiar os últimos Ming em implosão, não foi coroada de êxito. Mas a nossa diplomacia económica com o Japão a partir de Macau foi extremamente útil à China e a Portugal. Um exemplo em que um pequeno país sabe desempenhar um papel importante na cena internacional da região.

Durante a República, antes da nomeação de um Embaixador para um novo posto, eram ouvidos no Ministério dos Negócios Estrangeiros no palácio das Necessidades representantes de entidades exportadoras.

Durante o “Estado Novo”, a obsessão pela Guerra do Ultramar fez que muito do esforço diplomático tenha se tenha esgotado nessa frente e que tenha sido esquecido bastante a vertente económica, à exceção da iniciativa notável ligada à nossa entrada para a EFTA.

Mas a diplomacia assenta basicamente em quatro pilares: a representação ou diplomacia pública; a negociação permanente; a informação; e a diplomacia secreta.

Esta classificação, como todas as classificações teóricas, são instrumentos concetuais que ajudam a análise e a ação, mas que nunca devem ser considerados compartimentos estanques.

No primeiro pilar criamos, modificamos ou mantemos – consoante as necessidades – a imagem. Essa é determinante e está a montante das outras ações.

No segundo, negocia-se nas vertentes política, de segurança, económica e cultural. Uma Missão Diplomática tem que articular todos estes fatores, dando maior ou menor importância a um ou a outro consoante as circunstâncias e necessidades da defesa dos interesses nacionais naquela circunstância.

No terceiro pilar procuramos (em articulação com os serviços de *Intelligence* quando for caso disso) informar os nossos governos para melhor decidirem.

Por fim, em quarto lugar, há por vezes necessidade de recorrer à diplomacia secreta. Se, frequentemente, esta parece estranha aos olhos menos habituados a estas lides, gosto de dar como exemplo a ação de Kissinger, com a China, em 1971, na preparação do reconhecimento diplomático desta e na sua entrada para as Nações Unidas.

No caso vertente, ou seja na definição de uma política externa asiática para Portugal e no enquadramento da ação diplomática correspondente, há que pesar todas estas componentes e fazê-las intervir em conjunto doseadas segundo cuidado crítico.

Nelas, há que fazer repercutir os valores acrescentados que decorrem do facto de sermos membros da União Europeia e da CPLP e que, em cada caso, pode constituir uma mais-valia não negligenciável.

Referências

- Baptista, Marco (2011). *Portugal e a Importância da ASEAN*. Disponível em <http://www.ds-pace.uevora.pt>
- Barreto, Luís Filipe (ed) (2010). *Tomás Pereira, SJ, (1646-1798): Life, Work and World*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, FCT.
- Borges, Charles e Helmuth Feldman (1997). *Goa and Portugal: Their Cultural Links*. New Deli: Concept Publishing Company.
- Carvalho, Eduardo Kol de (2004). *Portugal e o Mundo, o Futuro do Passado: Japão*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura.
- Fernandes, Moisés Silva (2000). *Sinopse de Macau nas Relações Luso-Chinesas: 1945-1995*. Lisboa: Fundação Oriente.
- Fernandes, Moisés Silva (2008). *Confluência de Interesses: Macau nas Relações Luso-Chinesas Contemporâneas 1945-2005*. Lisboa: Instituto Diplomático e Centro Científico e Cultural de Macau.
- Flores, Jorge Manuel (2000). *Uma Curta História de Ceilão: Quinhentos Anos de Relações entre Portugal e o Sri Lanka*. Lisboa: Fundação Oriente.

Instituto Cultural de Macau, Instituto Camões, Fundação Oriente (1993). *Portuguese Voyages to Asia and Japan in the Renaissance Period: Proceedings of the International Conference*. Tokyo: Sophia University, September 24-26.

Janeira, Martins (1988). *O Impacto Português sobre a Civilização Japonesa*. Lisboa: D. Quixote.

Jesus, José Duarte e Francisco Murteira Nabo (2005). “Relações Portugal China” em *Visões de Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa e Instituto Diplomático.

Moreira, Adriano (2010). “A Língua e o Conceito Estratégico Português” em *Estratégia*. Lisboa: Instituto Português de Conjuntura Estratégica, vol. XIX.

Souza, Juíno de (2010). *Goan Voice of Reason*. Panjin: Broadway Publishing House.

Vasconcelos, Tiago (2010). “O Papel dos BRIC na Construção da Nova Ordem Mundial” em *Estratégia*. Lisboa: Instituto Português de Conjuntura Estratégica, vol. XIX.